

CENTRO PAULA SOUZA
ETEC PHILADELPHO GOUVÊA NETTO
Técnico em Finanças

**ESTUDO DE CASO SOBRE GESTÃO DE CUSTOS E
IMPACTO NA RENTABILIDADE DO
MICROEMPREENDEDOR**

Andreia da Silva
Jeferson Aquino de melo
Marília Fernandes de Almeida
Renan de Souza Pacheco
Robson Roberto Rosa

São José do Rio Preto- SP

2025

**CENTRO PAULA SOUZA
ETEC PHILADELPHO GOUVÊA NETTO
Técnico em Finanças**

**ESTUDO DE CASO SOBRE GESTÃO DE CUSTOS E
IMPACTO NA RENTABILIDADE DO
MICROEMPREENDEDOR**

**Andreia da Silva
Jeferson Aquino de melo
Marília Fernandes de Almeida
Renan de Souza Pacheco
Robson Roberto Rosa**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Técnico em
Finanças da ETEC Philadelpho
Gouvêa Netto, orientado pelo Prof.
Helber Menon, como requisito parcial
para obtenção do título de Técnico em
Finanças.

São José do Rio Preto- SP

2025

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	4
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	5
1.3 OBJETIVOS.....	5
1.3.1 OBJETIVO GERAL	5
1.3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	5
1.4 METODOLOGIA.....	5
2. REFERENCIAL TEORICO	6
2.1 IMPORTÂNCIA DAS MICRO EMPRESAS NA ECONOMIA	6
2.1.2 O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL COM EMPRESAS DE CALHAS ...	6
2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	7
2.3 ENCARGOS TRABALHISTAS COMO MICROEMPREENDEDOR (ME).....	8
2.4 DEPRECIAÇÃO	9
2.5 COMO É FEITO CÁLCULO DE IMPOSTO DO SIMPLES NACIONAL?	10
2.6 BALANÇO PATRIMONIAL e DRE.....	11
3. ESTUDO DE CASO	14
4 CONCLUSÃO.....	17
5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	19

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso sobre como uma correta administração dos custos e despesas organiza a gestão financeira de uma micro empresa (ME), buscando aprofundar a aplicação de ferramentas e métodos de controle financeiro.

A micro empresa é o nome que se da ao porte de empresa que pode ter até 19 funcionários quanto indústria e construção e 9 funcionários nas áreas de comércio e serviços, com um faturamento limitado por ano, tendo como regime de tributação Simples Nacional.

Segundo dados do IBGE e SEBRAE mais de 90% das empresas ativas no país são enquadrados em ME, tendo uma grande importância em contrato de licitações para o governo, impulsionando a economia e gerando novas oportunidades.

Apesar da importância econômica muitas ME enfrentam desafios relacionados à gestão eficiente de seus custos, o que impacta na sua lucratividade.

Para o desenvolvimento desse trabalho, busca-se as informações de uma micro empresa específica, entrando em contato com o administrador direto obtendo o fluxo de caixa, suas despesas diárias, semanais e mensais, notas fiscais de entrada e saída de mercadorias e de prestação de serviços.

Reuniões presenciais, coleta de dados através de questionários, identificando possíveis problemas, sugerindo e implantando melhorias que possam auxiliar na gestão, entre outros instrumentos, formam a base da coleta de dados do trabalho.

A empresa objeto de estudo, atua no setor da construção civil, que hoje apresenta um cenário moderado de crescimento. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em 2025 estima-se uma projeção de expansão de 2,3%, comparado ao ano anterior de 2024, onde o crescimento foi 3,5%, representando ainda um mercado aquecido.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

De que forma a gestão correta dos custos e despesas impacta na rentabilidade do micro empreendedor?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar que a gestão correta dos custos e despesas impacta na rentabilidade do micro emprendedor.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a gestão dos custos
- Investigar a implantação dessa gestão
- Orientar e aplicar metodologia e melhorias

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho é realizado por meio de uma pesquisa aplicada de natureza qualitativa e quantitativa através de um estudo de caso, levantando dados em reuniões realizadas com o gestor da ME citada.

Com os dados obtidos, é realizado métodos de análise através de mecanismos de gestão como DRE.

Com as informações obtidas, é feita uma análise crítica dos dados, afim de identificar pontos fortes e fracos da empresa, propondo melhorias a médio e longo prazo.

Essas melhorias, serão aplicadas pelo gestor e sua equipe, com a orientação da nossa consultoria, tendo o objetivo de melhorar e consolidar a sua gestão empresarial.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 IMPORTÂNCIA DAS MICRO EMPRESAS NA ECONOMIA

As micro empresas desempenham um papel importante da economia brasileira, contribuindo para geração de empresas e impulsionando a economia com geração de renda e arrecadação tributária.

As MEs representam mais de 90% das empresas do Brasil, esses emprendimentos possuem papel estratégico no fortalecimento do mercado interno e desenvolvimento social, gerando 1.2 milhões de novos emprendimentos e corresponde a 27% do PIB. (**Portal Sebrae**)

2.1.2 O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL COM EMPRESAS DE CALHAS

O setor de calhas faz parte do macro cosmos da construção civil e está ligada a impermeabilização, drenagem e acabamento do produto. Empreendedores desse setor trabalham de forma autonoma ou com uma pequena equipe, como é o caso do nosso objeto de estudos.

Apesar das oportunidades esses empreendedores enfrentam diversos desafios como a informalidade, dificuldades de conseguir créditos e baixa qualificação em buscar mão de obras, instabilidade climática que afeta a produção e limitações na gestão empresarial.

Por isso é importante a capacitação técnica e uma correta gestão empresarial e gerencial.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, foi implantada na Lei Complementar nº 123/2006. Ela surgiu como um marco legal para garantir tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas (MEs), empresas de pequeno porte (EPPs) e também ao microempreendedor individual (MEI).

A lei está fundamentada no princípio constitucional de apoio aos pequenos negócios, reconhecendo a importância desse setor para a geração de emprego, a distribuição de renda, a inclusão social e o fortalecimento da economia brasileira e com ela foi instaurado pontos básicos quanto ao tamanho da empresa.

Classificação das Empresas:

A Lei estabelece critérios de enquadramento conforme a receita bruta anual:

Microempreendedor Individual (MEI): até R\$ 81 mil.

Microempresa (ME): até R\$ 360 mil.

Empresa de Pequeno Porte (EPP): entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

Esses limites possibilitam que o empreendedor saiba em qual categoria se enquadra, o que influencia no tipo de tributação e nos benefícios a que terá direito. Ela também determina processo de abertura, registro e legalização de empresas seja simplificado, rápido e informatizado, com integração entre todos os órgãos públicos envolvidos.

O Simples Nacional é o regime tributário especial criado pela Lei Geral, que permite o recolhimento de diversos impostos em uma única guia, com alíquotas reduzidas e progressivas de acordo com o faturamento.

A fiscalização de pequenos negócios, a primeira fiscalização serve para orientar o empresário, e apenas em caso de reincidência ou risco grave à saúde, segurança e meio ambiente, aplica-se a punição.

Outro ponto essencial é a garantia de tratamento diferenciado nas licitações públicas, promovendo a participação de MEs e EPPs nos contratos governamentais. Entre as medidas, destacam-se Licitações exclusivas para MEs e EPPs em compras de até R\$ 80 mil.

2.3 ENCARGOS TRABALHISTAS COMO MICROEMPREENDEDOR (ME)

Para calcular os encargos trabalhistas como Microempreendedor (ME), é necessário considerar custos fixos e variáveis. Entre os principais estão: salário bruto, INSS patronal, FGTS, férias, 13º salário, vales (transporte e alimentação), além do custo com contador (terceirizado ou próprio).

Salário Bruto: É a remuneração base do empregado antes de qualquer desconto.

INSS Patronal: Corresponde a 20% sobre o salário bruto.

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço): Depósito mensal de 8% sobre o salário bruto para conta vinculada ao trabalhador.

Férias: Custo equivalente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal + 1/3 do salário.

13º Salário: Direito a um salário extra no final do ano. Custo mensal: 1/12 do salário.

Vale-Transporte: benefício obrigatório.

Vale-Alimentação: valor negociado entre as partes.

Custos com Contador: Gastos com serviços de contabilidade para manter a empresa em conformidade.

Exemplo Prático

Item	Valor (R\$)
Salário Bruto	2.000,00
INSS Patronal (20%)	400,00
FGTS (8%)	160,00
Custo Mensal Estimado	2.560,00 (sem benefícios e impostos)

É importante estacar que estes encargos representam um custo adicional ao salário pago ao trabalhador. Manter-se atualizado sobre a legislação trabalhista é essencial para evitar multas e autuações.

Atualizações da Legislação Trabalhista (2025)

INSS Patronal

- Empresas do regime normal (Lucro Presumido, Lucro Real e Simples Nacional Anexo IV): 20% sobre a folha de pagamento.
- MEI que contrata funcionário: 3% sobre o salário do colaborador.

FGTS

Depósito mensal de 8% sobre o salário bruto do empregado para conta vinculada.

RAT (Riscos Ambientais do Trabalho)

Contribuição adicional que varia de 1% a 3% sobre a folha, de acordo com o grau de risco da atividade da empresa.

Contribuições a Terceiros (Sistema S)

Taxa adicional que varia entre 5% e 6% sobre a folha de pagamento, destinada a programas sociais e de qualificação.

Tabela INSS do Empregado – 2025

Faixa Salarial (R\$)	Alíquota	Dedução (R\$)
Até 1.518,00	7,5%	-
1.518,01 até 2.793,88	9%	22,77
2.793,89 até 4.190,83	12%	106,59
4.190,84 até 8.157,41	14%	190,40

Contribuição do MEI – 2025

- Contribuição mensal padrão: R\$ 75,90 (5% do salário mínimo de R\$ 1.518,00).
- MEI transportador de cargas: R\$ 182,16 (12% do salário mínimo).

Esses valores são atualizados anualmente conforme o salário mínimo e a legislação previdenciária. É recomendável sempre consultar fontes oficiais como Receita Federal e Portal Gov.br para confirmar mudanças.

2.4 DEPRECIAÇÃO

O objetivo da depreciação é ajudar empresas ou pessoas físicas a realizarem uma melhor gestão de seus investimentos, com o objetivo de reduzir prejuízos, controlar custos e gerenciar melhor seu risco.

A depreciação é a perda de valor dos ativos ou bens de uma empresa ao longo do tempo, é definida pelo tempo em que um ativo se mantém operante ou necessário para a linha de produção. Esses bens podem ser tanto imóveis, máquinas, equipamentos ou veículos

Os motivos para podem variar, porém os principais são: Desgaste natural, Desgaste pelo uso e Obsolescência.

Um bom exemplo para entender melhor este conceito da depreciação é

pensarmos num computador. O tempo de vida do mesmo é determinado pelo simples fato dele funcionar ou não. Conforme o seu uso com o passar do tempo, ele começa a ficar mais lento e isso pode atrapalhar na sua funcionalidade, mesmo que tudo indique que ele esteja funcionando. A solução para esse tipo de problema é reparar ou formatar o computador, mas ainda assim, ocorre o risco de o equipamento voltar a apresentar problemas.

Bens que não sofrem depreciação, pois são parte da propriedade intelectual da empresa ou podem valorizar com o tempo. Alguns exemplos são: Terrenos não relacionados à operação, Marcas e patentes registrados pela indústria, Direito de uso de software e Ativos naturais, como produtos agrícolas e direitos de exploração de minérios.

A depreciação pode ajudar um investidor, tanto pessoa física ou tanto uma empresa, a entender onde seus ativos poderão ser melhor administrados.

A depreciação fiscal é regulamentada pela Receita Federal, e seus dados podem gerar uma economia significativa para as empresas, de forma legal. É descontada do lucro líquido de uma empresa, porque é considerada um custo proveniente da produção, incidem sobre o lucro líquido e, portanto, têm sua base de cálculo reduzida.

Nem todas as empresas podem obter este benefício e a escolha do Regime Tributário deve ser feita levando em consideração todas as particularidades da empresa. Em todos os casos as regras de governança corporativa se aplicam: observe as boas práticas legais, pois todas as informações devem corresponder à realidade da empresa.

2.5 COMO É FEITO CÁLCULO DE IMPOSTO DO SIMPLES NACIONAL?

Primeiro precisamos entender o que é esse cálculo e para que serve. Ele é usado para pagar diferentes impostos em um único documento e esse processo se tornam mais simples e prático para micro e pequenas empresas.

Esse cálculo é ajustado de acordo com a atividade da empresa, como de exemplo se for um prestador de serviço os tributos como IPI e ICMS não serão incluídos na guia.

Agora vamos entender como é feito o cálculo. Esse cálculo é feito com base na

receita bruta acumulada dos últimos 12 meses da empresa, o valor da contribuição desse regime de tributação varia de acordo com o faturamento da empresa, aumentando proporcionalmente para fazer esse cálculo sobre a receita bruta mensal da empresa é preciso usar a fórmula da alíquota efetiva no SIMPLES NACIONAL que seria:

Alíquota Efetiva= $(RBT12 * ALIQ - PD) / RBT12$ considerando que:

RBT12 (ou RBT) = Receita Bruta Total. É o valor de todas as vendas ou serviços prestados nos últimos 12 meses, anterior ao período de apuração;

ALIQ = ALÍQUOTA, é o valor da alíquota referente ao anexo do SIMPLES NACIONAL e a faixa de faturamento em que a empresa se encaixa;

PD = PARCELA DEDUTIVEL, é o valor a deduzir referente ao anexo do SIMPLES NACIONAL e a faixa de faturamento em que a empresa se encaixa.

Para entender a alíquota efetiva no SIMPLES NACIONAL é fundamental para descobrir o quanto a empresa vai pagar de fato de imposto sobre faturamento, é importante não confundir com a alíquota nominal da tabela:

Tabela Simples Nacional 2025 – Indústria

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (RBT12 (em R\$)	Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R\$)
1a Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2a Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3a Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4a Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5a Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6a Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,0	30,00%	720.000,00

2.6 BALANÇO PATRIMONIAL e DRE

Apesar da simplificação tributária do SIMPLES NACIONAL, as empresas

optantes devem apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL e a DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) para diversas finalidades, como tomada de decisões estratégicas.

O BALANÇO PATRIMONIAL é uma ferramenta indispensável para todas as companhias, independente da sua atividade e forma de tributação. Além de contribuir para o processo de tomada de decisão é no BALANÇO PATRIMONIAL que se evidencia qualitativamente e quantitativamente a posição patrimonial e financeira da entidade em um determinado período.

“Segundo Marion (2005), BALANÇO PATRIMONIAL é principal demonstração contábil, é como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data”.

A DRE é um demonstrativo contábil cuja finalidade é fornecer o resultado líquido de um exercício evidenciando o confronto das receitas, custos e despesas, é apurado através do princípio contábil do regime de competência onde “as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de recebimento ou pagamento” (CFC, 1993 p.7).

Para Marion (2009), a DRE é um demonstrativo contábil que gera informações relevantes através do confronto de despesas e receitas para a tomada de decisão, tendo como uma das principais funções confrontar todas as despesas realizadas, assim como as receitas que foram recebidas pela empresa no ano em questão. Sendo assim, se tornando uma forma de especificar todas as operações uma a uma, dentro dos grupos de contas patrimoniais a que pertencem.

A DRE tem como objetivo maior esclarecer como se formou a situação líquida da empresa no final do exercício, ao levar em consideração os valores recebidos, bem como os valores gastos com a atividade empresarial e deduzindo as despesas das receitas para que se obtenha o valor do lucro. Segundo Lins Francisco Filho (2011), a DRE é o relatório contábil que evidencia o desempenho da empresa, ou seja, se ela teve lucro ou prejuízo dentre o período entre Janeiro e Dezembro de cada ano.

3. ESTUDO DE CASO

Proprietário: Robert Viena

Endereço: Avenida Professora Julia Ferreira Arid, 311, Guapiaçu

EMPRESA

A empresa Guapcalhas está atuando no segmento da construção civil há 1 ano, especializada em calhas e rufos, prestando serviços em projetos de casas populares (empresas) e contratos particulares. Entre suas principais atividades estão a compra da matéria prima, confecção do produto, entrega, montagem e suporte ao cliente.

A empresa localizada no município de Guapiaçu-SP conta com equipe composta por seu sócio gestor mais 7 colaboradores registrados.

Sua história começa com a vontade do gestor em ser dono do seu próprio empreendimento quando ainda trabalhava na área como colaborador de uma empresa do segmento, posteriormente se tornou sócio do seu empregador até colocar em ação o planejamento que há 8 anos estudava e organizava para então iniciar sua própria empresa.

Esse estudo de caso consiste em analisar a DRE atual da empresa, ou seja, apontar, na estrutura formal da Demonstração do Resultado do Exercício, exclusivamente os valores fornecidos pela empresa.

Ato contínuo, elaborar outra DRE, levando em consideração os preceitos da contabilidade, isto é, apontando valores que devem ser reconhecidos na DRE, mas que, por desconhecimento, não é considerado pela empresa. Desta forma, tem-se um novo resultado da empresa, uma vez que implanta-se conceitos como regime de competência, reconhecimento de depreciação e provisões.

Diante do exposto, aponta-se abaixo as duas DRE's conforme descrito:

DRE REALIZADA PELA EMPRESA

Receita Operacional Bruta	141.545,91
Simples Nacional	-2.818,88
Receita Operacional Líquida	138.727,03
CPV	-28.054,99
Lucro Operacional Bruto	110.672,04
 Aluguel	-2.000,00
Escritório Contabilidade	-430,00
Energia	-250,00
Água	-25,95
Uniformes	-336,00
Software	-817,33
Lanches/Refeições	-487,08
Limpeza/Higiene	-181,93
Marmoraria*	-797,50
Outras Despesas	-2.686,57
Seguro Strada	-228,83
Seguro Montana	-288,00
FGTS	-1.279,22
INSS	-2.721,46
Combustível	-1.800,00
Salários	-29.950,51
Lucro/Prejuízo	66.391,66
 (-) Despesas não Operacional/Financeira	
Juros Financiamento Corsa	-255,66
Juros Financiamento Strada	-279,50
Juros Financiamento Montana	-1.333,33
Juros s/ Empréstimo	-238,88
 (+) Receitas não Operacionais	
Lucro/Prejuízo do Exercício	64.284,29

DRE REVISADA COM AS DIRETRIZES LEGAIS

Receita Operacional Bruta	141.545,91
Simples Nacional	-14.088,79
Receita Operacional Líquida	127.457,12
CPV	-28.054,99
Lucro Operacional Bruto	99.402,13
Aluguel	-2.000,00
Escritório Contabilidade	-430,00
Energia	-250,00
Água	-25,95
Uniformes	-336,00
Software	-817,33
Lanches/Refeições	-487,08
Limpeza/Higiene	-181,93
Marmoraria*	-797,50
Outras Despesas	-2.686,57
Seguro Strada	-228,83
Seguro Montana	-288,00
FGTS	-2.395,00
INSS	-2.594,06
Combustível	-1.800,00
Salários	-29.950,51
1/12 Férias	-748,62
1/12 Décimo Terceiro	-2.495,87
Depreciação Máquina	-266,66
Depreciação Corsa	-133,33
Depreciação Strada	-483,33
Depreciação Montana	-500,00
Depreciação Ar Condicionado	-16,94
Depreciação Computador	-65,81
Lucro/Prejuízo Operacional	49.422,81
(-) Despesas não Operacional/Financeira	
Juros Financiamento Corsa	-255,66
Juros Financiamento Strada	-279,50
Juros Financiamento Montana	-1.333,33
Juros s/ Empréstimo	-238,88
(+) Receitas não Operacionais	
Lucro/Prejuízo do Exercício	47.315,44

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal demonstrar a influência direta da gestão correta de custos e despesas na lucratividade de microempreendedores, utilizando como estudo de caso uma microempresa atuante no setor de construção civil, especificamente na fabricação e instalação de calhas. A pesquisa, de natureza aplicada, qualitativa e quantitativa, empregou um estudo de caso aprofundado, com levantamento de dados diretamente com o gestor da empresa, e análise de mecanismos de gestão financeira como DRE (Demonstrativo de Resultado do Exercício).

Ao longo do estudo, foi possível constatar que, apesar da relevância das microempresas para a economia brasileira – representando mais de 90% das empresas ativas e contribuindo significativamente para o PIB e a geração de empregos, conforme dados do IBGE e SEBRAE – muitas delas enfrentam desafios substanciais na administração de seus custos e despesas. A análise do caso específico revelou que a implementação de práticas de gestão financeira eficazes é crucial para a sustentabilidade e o crescimento dessas organizações.

Os objetivos específicos foram alcançados através da investigação detalhada da gestão de custos da empresa, da análise da implantação de metodologias de controle e da proposição de melhorias. A comparação entre as duas versões do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) – a inicial e a corrigida – foi um ponto crucial. A DRE inicial apresentava um lucro/prejuízo do exercício de R\$ 62.818,22, enquanto a DRE corrigida, após a aplicação das metodologias e a correta alocação de custos e despesas, resultou em um lucro/prejuízo do exercício de R\$ 47.315,44. Essa análise evidenciou uma diferença de R\$ 15.502,78 na lucratividade, comprovando numericamente o impacto direto de uma gestão financeira precisa. A aplicação de ferramentas como a DRE correta, tendo em vista que a empresa não faz uso da depreciação fiscal/contábil e a utilização correta da ferramenta nos permitiu uma visão clara da saúde financeira da ME, evidenciando a importância de um controle rigoroso sobre as receitas e despesas operacionais e não operacionais. A identificação de pontos de otimização, como a revisão de encargos trabalhistas e a gestão de depreciação de ativos, sublinhou o potencial de aumento da rentabilidade por meio de uma administração mais estratégica.

Conclui-se que a gestão eficiente de custos e despesas não é apenas uma prática contábil, mas uma estratégia fundamental que impacta diretamente a

lucratividade e a longevidade do microempreendimento. A capacidade de monitorar, analisar e ajustar continuamente as finanças permite ao microempreendedor tomar decisões mais informadas, mitigar riscos e aproveitar oportunidades de mercado. Este estudo reforça a necessidade de capacitação técnica e gerencial para microempreendedores, a fim de que possam transformar os desafios financeiros em alavancas para o sucesso de seus negócios. As melhorias propostas e aplicadas no estudo de caso demonstraram um impacto positivo na gestão empresarial, consolidando a premissa de que uma administração financeira robusta é a base para a prosperidade no ambiente microempresarial brasileiro.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Contabilzei.blog

Calculadora Universal.com.br

Afixcode.com.br

Sebrae.com.br

Cltcontabilidade.com.br

Planalto.gov.br

Licitacoesecontratos.tcu.gov.br

Gov.br/empresas-e-negocios

A história da contabilidade e a evolução do balanço patrimonial no brasil –
Carla Luciana Remedi - UFRGS

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Contabilidade Basica, Francisco Filho Lins (2011)

Contabilidade Empresarial. 15^a edição. São Paulo: Atlas, 2009.
Análise das Demonstrações Contábeis. 6^a edição. São Paulo: Atlas, 2005.
José Carlos Marion